

Hiago de Paiva Cardoso;  
Joana Costa; Joelma Bezerra  
Ferreira; Jonatas da Silva  
Chaves; Karina Cunha;  
Klauber Guedes Cardoso;  
Luciele Santos Pantoja;  
Magnus Dagios; Márcia Dias  
dos Santos; Maria Ângela de  
Lima Dummel; Maria  
Lucinária Lustosa de Araújo;  
Maria Rita Rodrigues  
Constância Menezes; Maria  
Vitória Rodrigues dos Santos  
Leão; Mário Martins; Núbia  
de Souza Silva; Pedro  
Henrique Moreira Simões;  
Sulienne Carvalho de  
Medeiros; Thiago Rodrigo de  
Almeida Cunha; Thuane  
Caroline Leandro Ribeiro;  
Vitor Fernandes Paz

Esta segunda edição de Poéticas do Educar, cujo  
dossiê temático versa sobre autoria, letramento e  
memória em educação, cumpre a missão de  
promover saberes e conhecimentos oriundos da  
triade: educação (em seus mais diversos níveis e  
modalidades), práticas docentes (em qualquer  
área de docência curricular da Educação Básica,  
Ensino Técnico, Tecnológico e Superior),  
leiturização, letramento, semiótica, comunicação,  
arte e outras linguagens.

Feçamos esta edição com 17 artigos científicos de  
pesquisadores de todo o rincão brasileiro e com  
poesias, como podia ser diferente, se trazemos  
esta ideia no título da nossa obra?

Somam conosco as poetas Joana Costa e Luciele  
Santos Pantoja e o poeta Vitor Fernandes Paz.  
Uma excelente leitura!

José Flávio da Paz  
Organizador



## POÉTICAS DO EDUCAR

autoria, letramento e memória em educação



José Flávio da Paz (Org.)

Organização:  
José Flávio da Paz

### Autores:

Admilson Borkart dos Anjos;  
Álexy Rodrigo Lima da Silva;  
Amanda Santana; Ana Maria  
Alves de Brito; Ana Patrícia  
Marcos Barbosa; Antônia  
Cristina Valentim da Luz;  
Catarina Benedita de Souza  
Menezes; Dalzilene Oliveira  
Bernardo Lopes; Daniel  
Aurélio Pereira Campos;  
Daniele de Souza Farias;  
Deise Leite Bittencourt  
Friedrich; Elisângela de Jesus  
Gomes Campos; Evanira  
Poliana Lara Machado dos  
Anjos; Ezequiel Paixão;  
Fernando Gomes de  
Menezes; Flávia Girardo  
Botelho Borges; Francinete  
Pereira da Silva; Francisco  
Américo Martins Moraes;  
Francisco Renato Lima;  
Gueidson Pessoa de Lima;  
Gustavo Pereira Bezerra;  
Hélio de Araújo Carneiro;

# POÉTICAS DO EDUCAR

*AUTORIA, LETRAMENTO E MEMÓRIA EM EDUCAÇÃO*

2ª Edição

José Flávio da Paz  
(Organizador)

# POÉTICAS DO EDUCAR

*AUTORIA, LETRAMENTO E MEMÓRIA EM EDUCAÇÃO*

2ª Edição

Joinville/SC  
Clube de Autores Publicações S/A  
2020

Copyright © 2020 – Todos os direitos reservados ao organizador.

*A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste livro só é autorizada pelo organizador. A violação dos direitos do autor, conforme Lei nº 9.610/98 é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.*

**Coordenação Editorial:** *Casa Literária Enoque Cardozo*

### **Ficha catalográfica**

Poéticas do educar: autoria, letramento e memória em educação / 2ª edição.  
Organização José Flávio da Paz – Joinville: Clube de Autores  
Publicações S/A, 2020.

300 p.

**ISBN: 978-65-990067-1-5**

1. Literatura. 2. Arte. 3. Interdisciplinaridade. 4. Educação. I. Paz,  
José Flávio.

### **NOSSO CONSELHO EDITORIAL e CIENTÍFICO:**

*Carlos André Lucena da Cruz (Estácio-RN/Brasil); Deise Leite Bittencourt Friedrich (IFRS/Brasil); Ederson Luís Silveira (UFSC/SE-Brasil); Eva Cristina Francisco (IFSP/Brasil); Franselma Fernandes de Figueirêdo (UFERSA/Brasil); Gueidson Pessoa de Lima (IFRN/Brasil); José Eduardo Martins de Barros Melo (UNIR/Brasil); José Flávio da Paz (UNIR/Brasil); Paula Raphaella Soares Pompeu (Estácio-RN/Brasil); Rafael Ademir Oliveira de Andrade (UNISL/Brasil); Walnice Aparecida Matos Vilalva (UNEMAT/Brasil)*



Clube de Autores Publicações S/A - CNPJ: 16.779.786/0001-27  
Rua Otto Boehm, 48 Sala 08, América - Joinville/SC, CEP 89201-700  
[www.clubedeautores.com.br](http://www.clubedeautores.com.br)  
[atendimento@clubedeautores.com.br](mailto:atendimento@clubedeautores.com.br)

# SUMÁRIO

Prefácio

9

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR, UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL 17

*Admilson Borkart dos Anjos*

*Hiago de Paiva Cardoso*

*Evanira Poliana Lara Machado dos Anjos*

## LENDO LITERATURA INDÍGENA: UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA DO CONTO “PRIMEIRA ESTRELA QUE VEJO É A ESTRELA DO MEU DESEJO” DE DANIEL MUNDURUKU 23

*Álexy Rodrigo Lima da Silva*

*Márcia Dias dos Santos*

## A MOTIVAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM ESCOLAR 39

*Daniele de Souza Farias*

*Amanda Santana*

*Karina Cunha*

## O LETRAMENTO DO ALUNO SURDO EM SIGNWRITING: UMA PROPOSTA DE USO DE POEMAS VISUAIS 65

*Ana Patrícia Marcos Barbosa*

*Ezequiel Paixão*

*Mário Martins*

## O SEMINÁRIO ACADÊMICO EM FOCO: INVESTIGANDO CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EM CURSOS DE BACHARELADO 81

*Deise Leite Bittencourt Friedrich*

*Antônia Cristina Valentim da Luz*

*Flávia Girardo Botelho Borges*

**EFEITOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM TRÊS  
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO**

101

*Dalzilene Oliveira Bernardo Lopes*  
*Catarina Benedita de Souza Menezes*

***SPECULAE*: UM CONTO DESCOLONIZADOR**

117

*Joelma Bezerra Ferreira*  
*Daniel Aurélio Pereira Campos*  
*Elisângela de Jesus Gomes Campos*

**INTERNET COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO NA EDUCAÇÃO DA  
POPULAÇÃO RIBEIRINHA**

127

*Klauber Guedes Cardoso*  
*Maria Rita Rodrigues Constâncio Menezes*  
*Pedro Henrique Moreira Simões*  
*Fernando Gomes de Menezes*  
*Maria Vitória Rodrigues dos Santos Leão*  
*Suliane Carvalho de Medeiros*

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PROJETO AÇAÍ ENSINO  
ESPECÍFICO E AUTONOMIA**

141

*Francinete Pereira da Silva*

**A ESCOLA E A REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA PARA O  
TRABALHO**

153

*Francisco Américo Martins Moraes*

**LETRAMENTO DIGITAL DE CRIANÇAS EM FASE DE  
ALFABETIZAÇÃO: INTERCONECTANDO LETRAS E SENTIDOS  
ENTRE A INFÂNCIA E O MUNDO TECNOLÓGICO**

167

*Francisco Renato Lima*  
*Ana Maria Alves de Brito*  
*Maria Lucinária Lustosa de Araújo*

**A ATUAÇÃO DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE  
SINAIS NAS AULAS DE LÍNGUA ESPANHOLA**

193

*Gustavo Pereira Bezerra*  
*Gueidson Pessoa de Lima*

**PENSANDO A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NO  
ENSINO DE ESPANHOL PARA ALUNOS COM SURDEZ**

205

*Thuane Caroline Leandro Ribeiro  
Gueidson Pessoa de Lima*

**A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA  
PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

221

*Hélio de Araújo Carneiro  
Magnus Dagios*

**AÇÃO DE MARKETING POST-IT: A MEMÓRIA É FRÁGIL**

245

*Jonatas da Silva Chaves  
Maria Ângela de Lima Dummel*

**DALCÍDIO JURANDIR – A LITERATURA DO MUNDO  
MARAJÓARA, UM GRITO DO ABSURDO**

257

*Núbia de Souza Silva*

**(RE)PENSANDO O PLANEJAMENTO DAS AULAS CONFORME AS  
NECESSIDADES DOS APRENDIZES**

275

*Thiago Rodrigo de Almeida Cunha*

**Poesias**

285

Poeta: Joana Costa

**Poesias**

295

Poeta: Luci L

**Poesias**

299

Poeta: Vitor FerPaz

# A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

221

CARNEIRO, Hélio de Araújo<sup>49</sup>  
DAGIOS, Magnus<sup>50</sup>

## INTRODUÇÃO

Desenvolver uma pesquisa deste porte engloba o ganho de conhecimentos e que destaca a presença da tecnologia em forma de comunicação pedagógica é algo extraordinário. Além do mais, a sociedade, de maneira individual e coletiva, passou a buscar e se apropriar mais das informações, da educação e dos seus direitos por meio digital. Tendo desta maneira um ganho em suas vidas intelectuais, sociais, política etc.

---

<sup>49</sup> Professor e Assistente Social (CRESS 3599). Graduado em Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia (2012). Graduado em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná. Pós-Graduado em Lato Sensu em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar (2015) - Pela Faculdade de Ciências Administrativas e Tecnologia (Fatec-RO). Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atua como professor Ministrante no projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (Núcleo de Mídias) em Rondônia. E-mail: [heliocarneiro7@hotmail.com](mailto:heliocarneiro7@hotmail.com).

<sup>50</sup> Professor Adjunto na UNIR/Universidade Federal de Rondônia. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (2003), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007) e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013). cursou pós-doutorado no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais/NUPRI (2019). E-mail: [magnus@unir.br](mailto:magnus@unir.br).

**Observação:** Este artigo foi analisado e escrito tendo como base o artigo “A tecnologia como ferramenta de comunicação pedagógica na prática do serviço social” de 2016. Cujo autor foi Hélio de Araújo Carneiro. Trabalho apresentado na conclusão do curso de Bacharelado em Serviço Social de 2016.



Com isso, no âmbito do serviço social, também, requer interesse de se apropriar das tecnologias comunicativas para oferecer uma melhor informação pedagógica e atendimento aos usuários, mídias e instituições públicas e privadas. Mediante tais necessidades, a indagação da pesquisa é analisar os tipos de influências que a tecnologia oferece como ferramenta de comunicação pedagógica na prática do Serviço Social. Pois todo cidadão brasileiro possui direito e acesso a informações. Pois, ele está amparado pela lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, publicada pela Controladoria Geral da União [CGU] (2011).

A motivação desta pesquisa e a busca, deste estudo, é evidenciar a realidade em que o Assistente Social está inserido, buscando, assim, meios tecnológicos de informação e comunicação para exercer sua função. Por assim dizer, a pesquisa é de cunho bibliográfico e que sobressaiu a importância do conhecimento com as novas tecnologias para educar, informar e comunicar as ações e benefícios sociais.

Para que a pesquisa seja eficaz no alcance dos objetivos foram pesquisados alguns autores(as), assim como: Pierry Levy, Conselho Federal de Serviço Social [CFESS] acoplado o Conselho Regional de Serviço Social [CRESS] que oferecem apoio em geral aos atuantes das ações sociais e entre outros. Também foram levados em conta outros autores do âmbito social que ressaltam a importância das tecnologias para a prática do Serviço Social, tais como: Taís Aranha, Adilson Vaz Cabral Filho, Antônio Jardson Ferreira Lopes, Márcio Silva, Neto e Celso Pagnan. Nesse sentido, teve também como apoio e referência pedagógica o Projeto Político Pedagógico do Assistente Social.

## **DESENVOLVIMENTO**

Investigar e descrever sobre uma pesquisa que engloba o ganho de conhecimentos e que destaca a presença da tecnologia em forma de comunicação é algo fantástico. Pois desde que se iniciou um processo significativo da utilização das novas tecnologias como ferramenta pedagógica para semear informações às pessoas. A sociedade, de maneira individual e coletiva, passou a buscar e se apropriar mais das informações e dos seus direitos. Tendo desta maneira um ganho em suas vidas financeira e sociais.

A tecnologia é uma maneira inovadora de comunicação entre as pessoas. A todo o momento há pessoas com algum tipo de aparelho tecnológico enviando mensagens e informações umas para as outras, formando assim, uma “inteligência coletiva”, segundo Levy (1998). E Chiavenato (em MATOS, 2004) enfatiza que:

A comunicação depende de pessoas. Por esta razão é fortemente subjetiva, como também pode ser extremamente rica e profunda, tema ver com relacionamento, interação, conectividade, convivência, coesão, compartilhamento, cooperação, comprometimento, aprendizado, mudança e inovação. E também, com ética, transparência e responsabilidade (BRUNETTA; RIBEIRO, 2009, p. 3).

O acesso à informação é oferecido de maneira comunicativa, por alguém que possua habilidades de acesso a elas. Na área profissional dos Assistentes Sociais foi percebido que o uso da tecnologia na prática do serviço social é algo novo. Ainda há uma grande área a ser explorada e necessidade de ambientação com a novidade. Mas, os atuantes nas áreas sociais, bem já sabem que o cidadão possui o direito à informação.

## **DIREITO À INFORMAÇÃO**

Todo cidadão brasileiro possui direito e acesso a informações. Pois, ele está amparado pela lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, publicada pela Controladoria Geral da União (2011). Ela apresenta o acesso às informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas. É deste direito fundamental do cidadão, e dever do Estado, que trata esta publicação. Direito inscrito na Constituição brasileira e agora nesta Lei que foi regulamentada e sancionada em 18 de novembro de 2011 pela Presidenta da República. Nela está estabelecido um alicerce regulatório. Com isso, o Brasil avança com um importante passo em sua trajetória de transparência pública em oferecer direitos de informação à sociedade. Mais a frente amplia os mecanismos de obtenção de informações e documentos (já previstos em diferentes legislações e políticas governamentais), e que estabelece o princípio

de que o acesso é a regra e o sigilo a exceção, cabendo à Administração Pública atender às demandas de cidadãos brasileiros (CGU, 2011, p. 7).

A Controladoria Geral da União (2011) diz que a informação está sob a guarda do Estado e que é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a estes dados (no caso aqui, documentos, arquivos e estatísticas) constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta (CGU, 2011, p. 8).

Pois quando se fala em receber e oferecer informação pelo processo de comunicação, seja lá qual seja o ambiente, manual ou eletrônico, traz consigo uma gama de benefícios à pessoa humana. Haja vista que para a Controladoria Geral da União (2011):

O cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. Por este e por outros motivos, o acesso à informação pública tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias partes do mundo (CGU 2011, p. 8).

Com base no direito a informação todo cidadão possui a garantia de ter informação e educação, bem como acessar as informações de maneira comunicativa. Tal direito pode vir, principalmente pelo uso da tecnologia mídia, internet e entre outros.

## ASPECTOS CONCEITUAIS DE COMUNICAÇÃO

Segundo Vasconcelos (2009) a comunicação é a forma como as pessoas se relacionam entre si, dividindo e trocando experiências, ideias, sentimentos, informações, modificando mutuamente a sociedade onde estão inseridas. Sem a comunicação, cada um de nós seria um mundo isolado. Comunicar é tornar comum, podendo ser um ato de mão única, como transmitir (um

emissor transmite uma informação a um receptor), ou de mão dupla, como compartilhar (emissores e receptores constroem o saber, a informação, e a transmitem). Pode-se dizer que a comunicação é a representação de uma realidade vivida. Ela serve para partilhar emoções, sentimentos, informações, ideias, criatividades, inspirações e atuação profissional. (VASCONCELOS, 2009).

O Conselho Federal de Serviço Social [CFESS] (2008-2011) com apoio do Conselho Regional de Serviço Social [CRESS] apresentam um breve conceito sobre a palavra comunicação, ele salienta que:

A palavra comunicação tem origem etimológica no substantivo latino “communicationem”, século XV, e significa “a ação de tornar comum”. Sua raiz é o adjetivo “communis”, comum, que significa “pertencente a todos ou a muitos”. E o verbo “comunicare”, comunicar, que significa “tornar comum, fazer saber” (CFESS, 2008-2011, p. 12).

O autor Pagnan (2009) ressalta que devemos abranger a comunicação em sentido mais alargado, a que inclui a mídia eletrônica e as relações sociais, do cotidiano, incluindo o modo de falar, de se vestir, enfim o modo de agir. Tudo isso pode ser visto como comunicação, uma vez que, de maneira consciente ou não, estamos transmitindo mensagens aos outros. A todo o momento as pessoas, muitas vezes, sem perceber transmite algum tipo de informação, seja ela como for, por meio de gestos, ruídos, fala etc. (PAGNAN, 2009, p. 8).

## ASPECTOS CONCEITUAIS DE COMUNICAÇÃO POPULAR

Já que todo cidadão possui, mediante lei, o direito de ter e receber acesso à informação, o pesquisador Vieira (2006), considera que a comunicação popular é aquela voltada para a defesa da classe subalterna. É um meio alternativo de comunicação que visa os interesses da classe dominada. Esta comunicação é de interesse coletivo. Ou seja, todos os cidadãos possuem o direito a ela, sem distinção de grupos ou raças. (VIEIRA, 2006, p. 7).

Para Eduardo Zambon (2007?), sabe-se que a comunicação popular e comunitária não é a solução para todos os problemas da classe dominada, pois o campo da Comunicação é apenas uma das relações sociais pertencentes à superestrutura do sistema capitalista; mas ela tem seu valor, e acreditamos ser de grande importância, por contribuir com outros campos à superação do capital. (ZAMBON, 2007?, p. 6).

Ainda ressaltando a questão, de acordo com o autor Eduardo Zambon (2007?) ao citar Peruzzo (1998), refere-se que, existem muitos desafios para consolidar um tipo de comunicação como esta, mas é necessário começar, continuar, resistir; pois acreditamos que além de “facilitar o devir de uma nova práxis da comunicação” pode também colaborar na construção de uma sociedade justa, sem classes e solidária. (ZAMBON, 2007?, p. 5).

Ambos os autores demonstram a importância da comunicação popular no âmbito pedagógico. Dentro da busca de uma estrutura teórica para as questões que envolvem a comunicação popular e sua definição.

## ASPECTOS CONCEITUAIS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação comunitária é um meio alternativo de comunicação que considera as pessoas como protagonistas, independentemente de classe social e território. Caracterizada por resgatar o valor de cada um como sujeito concreto, pela interatividade e pela participação. A comunicação comunitária visa o comprometimento no interesse comum da comunidade, “um meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe... para promover maior coesão social” (FILHO, 1986, p. 161 apud PAIVA, 1998, p. 154).

Segundo Vieira (2005) a comunicação comunitária, na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos significa:

O canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio dos qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de

prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. (VIEIRA, 2005, p.8 apud PERUZZO, 1995, p. 55).

Carlos Guimarães, do Centro de Iniciativas para la Cooperación, entidade espanhola que desenvolve projetos socioculturais em países do Terceiro Mundo, e professor da Universidad de Sevilla, diz que a:

comunicação comunitária significa o empoderamento, a governabilidade e fortalecimento das redes sociais, do protagonismo e da cidadania. Também é um fator de desenvolvimento, uma vez que gera uma dinâmica de discussão e de mobilização social. Além de permitir a preservação da diversidade cultural, possibilita a identificação e a proximidade da população que usa diferentes suportes comunicacionais com o discurso que se emite”. (ARANHA, 2010, p. 172 apud GUIMARÃES, 2010?).

Comunicação comunitária, é a comunicação dos segmentos populares da sociedade, é outra forma de comunicação que vem sendo construída pelas classes subalternas.

## **ASPECTOS CONCEITUAIS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Na biblioteca eletrônica do Instituto de Tecnologia [ORT] retrata que a:

Comunicação Social é o estudo das causas, funcionamento e consequências da relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa – rádio, revista, jornal, televisão, teatro, cinema, propaganda, internet. Engloba os processos de informar, persuadir e entreter as pessoas. Encontra-se presente em praticamente todos os aspectos do mundo contemporâneo, evoluindo aceleradamente, registra e divulga a história e influencia a rotina diária, as relações pessoais e de trabalho (ORT, 2016).

Nessa perspectiva, as informações devem chegar principalmente aos grupos que vivem em estado de vulnerabilidade, de carência, daqueles que precisam de algum tipo de apoio social. Ainda complementa o site que a comunicação social possui o objetivo principal de examinar os fenômenos que ocorrem graças à relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa – a internet, a mídia, o rádio e as redes sociais. Mediante isto, a comunicação social engloba processos de informação, uma oratória por mensagens, a persuasão e entretenimento de indivíduos e grupos, principalmente os sociais.

## **A TECNOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL**

Muito se fala de tecnologia, e muitos indagam algum tipo de significância a esta palavra. É evidente que a humanidade, com o advento da técnica e da modernidade, tem vivido uma série de mudanças ou transformações no âmbito tecnológico, educacional e prática do serviço social. Sabe-se que o planeta terra vive um acelerado desenvolvimento, em que a tecnologia está presente direta ou indiretamente em atividades bastante comuns.

Ao fazer uma análise da sociedade, busca-se enumerar as causas positivas da influência da tecnologia na vida humana. Pois para Castells (2000), as tecnologias de informação agrupam um conjunto convergente de tecnologias em micro e nano eletrônica, computação, hardware (as máquinas) e software (os programas de computadores), telecomunicação, radiodifusão e optoeletrônica (CASTELLS, 2000, p. 31).

Além do mais, as mudanças decorrentes da utilização das tecnologias de informação nos processos de trabalho incidem na vida das pessoas de maneira totalmente radical. Esta influência possui relacionamento direto com a reprodução das condições necessárias para o modo de produção capitalista. Primeiro existe um aprender a manusear as tecnologias de informação usando-as, e após o domínio tecnológico aprende-se a utilizá-las na prática do dia a dia. Ademais, após essa análise, a lógica do modelo das tecnologias de informação está em consonância com a lógica e o modelo capitalista. Com isso, essa evolução tecnológica influenciada pelo determinismo dificilmente trará desenvolvimento econômico e social (CASTELLS, 2000, p. 31).

Ao passo que o bom uso da tecnologia traz pra sociedade ganhos intelectuais e sociais. E o principal benefício que a tecnologia favorece é a tendência para as instituições diminuírem as fronteiras cada vez menos demarcadas em relação ao seu meio ambiente e a trabalharem cada vez mais "em rede" com outras instituições, e fazem, também, aqueles que estão envolvidos cogitarem cada vez mais "em rede". Isso pode ocorrer principalmente dentro do ambiente interno de uma organização educacional.

Pode-se mencionar, como exemplo, a argumentação de Silva (2003), segundo ele:

As tecnologias de informação apresentam-se como ferramentas que surgem para auxiliar os processos de trabalho do Assistente Social. Na maioria dos casos, o profissional não questiona em quais condições e quais objetivos estão implícitos nessas tecnologias de informação, limitando-se apenas a operá-las. Um exemplo prático é o Sípia – Sistema de Informação para Infância e Adolescência, que é um programa de microcomputador que operacionaliza as medidas de proteção a crianças e adolescentes, aplicadas por Conselheiros Tutelares. O modelo, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, obriga aos Conselhos Tutelares do Brasil a utilizarem essa plataforma. Já, aqueles municípios que não implantarem o SIPIA, são ameaçados de ter recursos estaduais e federais cortados. (SILVA, 2003)

Atualmente, observa-se que as tecnologias que vão surgindo não podem ser abarcadas como simples ferramentas isoladas, mas em consequência disso existe uma intencionalidade na sua aplicação, favorecendo uma investigação crítica da utilização das tecnologias de informação, isso sem negá-las.

As tecnologias da comunicação, além de serem veículos de educação e informações, possibilitam novas formas de ordenação da experiência humana sobre o meio e sobre si mesmo, sendo assim podemos, a partir dos recursos tecnológicos, encontrarmos meios



para o desenvolvimento da aprendizagem, da comunicação e da informação.

Carmona (2010) retrata da importância da capacitação tecnológica do Assistente Social para que haja mais facilidade em sua prática:

Há ainda a necessidade dos assistentes sociais tomarem conhecimento acerca das tecnologias da informação e comunicação, sabendo que o mais capacitado para gerir as políticas públicas são esses profissionais, garantindo, contudo que a qualidade dos serviços e das políticas sociais prestadas estejam sendo realizadas por uma boa administração, pois estes profissionais são capacitados tecnicamente para gerenciar, planejar, controlar e administrar os projetos de intervenção do Serviço Social para a gestão das políticas públicas. (CARMONA, 2010).

No que se refere ao desenvolvimento das pessoas e das sociedades, o papel da educação amplia-se ainda mais, apontando para a necessidade de se construir uma instituição voltada para a formação de cidadãos que promovam ações voltadas para o social, como tentativa de solução ou sanar parte dos problemas causados pela desigualdade social (miséria, fome, desamparados, abandonados, sem moradia enfim, aqueles que vivem em estado de vulnerabilidade).

Para o pesquisador Pierry Levy (1998) o uso da democratização virtual é uma maneira de interagir com novas formas de educar e comunicar a pessoa humana. Isso inclui a ação do Assistente Social, pois – no dizer do autor:

Toda e qualquer reflexão séria sobre o dever dos sistemas de educação e formação na cybercultura deve apoiar-se numa análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. A esse respeito, a primeira constatação envolve a velocidade do surgimento e da renovação dos saberes e do know-how. Pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no começo de seu percurso profissional serão

obsoletas no fim de sua carreira. A segunda constatação, fortemente ligada à primeira, concerne à nova natureza do trabalho, na qual a parte de transação de conhecimentos não para de crescer. Trabalhar equivale cada vez mais a aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos. Terceira constatação: o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que ampliam, exteriorizam e alteram muitas funções cognitivas humanas: a memória (bancos de dados, hipertextos, fichários digitais [numéricos] de todas as ordens), a imaginação (simulações), a percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), os raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos). (LEVY, 1998).

A argumentação de Levy (1998) demonstra que as novas tecnologias favorecem o crescimento de novas formas de acesso à educação e a informação, assim como: criação de ambientes virtuais como forma de instrução educacional e como modelo de interação entre os participantes. Não se pode negar que o uso de periféricos tecnológicos em prol da construção de conhecimento é algo intrínseco ao homem moderno. E que estes instrumentos são eficazes, também, no âmbito do serviço social.

Muitos pesquisadores buscam entender os novos rumos da prática do serviço social mediante as novas tecnologias, assim como na opinião de Netto (1996), ele diz que as transformações no mundo do trabalho fazem parte de um processo natural, e o enfrentamento do Serviço Social diante dessas mudanças deve ser de forma a aprimorar e desenvolver estratégias para ampliação da profissão. (NETO, 2016, p. 4 apud NETTO, 1996).

Do ponto de vista do professor Neto (2016) o Assistente Social deve compreender minimamente os atuais comunicadores e veículos de informação. E que entender que as informações viajam instantaneamente. Isso gera uma conexão entre o global e o local, tanto de informações quanto a forma de se comunicar. Com isso, fica claro que as tecnologias intelectuais favorecem novas formas de acesso à comunicação e a informação. (NETO, 2016, p. 4).

O Conselho Federal de Serviço Social, também busca, através de lutas, meios para democratizar as comunicações e informações, a saber, o CFESS comunica:

Para quem ainda não sabe, o CFESS está inserido na luta pela democratização da comunicação, inclusive associado ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Esta se refere a uma luta importante para o Serviço Social, pois se trata da necessidade de democratização da comunicação no Brasil, para defesa dos direitos das/os trabalhadoras/es e da democracia (CFESS, 2008-2011 apud CRESS, 2016).

A busca pelo uso de ferramentas tecnológicas no delinear do serviço social é grande. Deve-se realizar uma espécie de autor apropriação das TIs pelo Serviço Social como ferramenta de informação e comunicação. Pois para Netto (1996), as transformações no mundo do trabalho fazem parte de um processo natural, e o enfrentamento do Serviço Social diante dessas mudanças deve ser de forma a aprimorar e desenvolver estratégias para ampliação da profissão (NETO, 2016, p. 2 apud NETTO, 1996).

O Código de Ética profissional do Assistente Social também representa a defesa do exercício do serviço social com qualidade, a defesa dos usuários, dos profissionais, dos espaços de trabalho. E o desafio em questão é antecipar-se às demandas, produzindo respostas às necessidades particulares dos utilizadores, de modo a conseguir uma solução que permita para os usuários o máximo de aproveitamento. Pois, Utilizar a tecnologia de informação de forma emancipatória: Os Assistentes Sociais devem se apropriar destes recursos e subordiná-los às suas finalidades. (CFESS, 2012).

Diante da questão abordada, a saída é investir em qualificação profissional, segundo o professor Neto (2016). O autor ainda sugere que o Assistente Social deve compreender minimamente os atuais comunicadores e veículos de informação. O profissional necessita entender que as informações viajam instantaneamente a cada instante num espaço incalculável. Com a

busca por dominar os meios de comunicação tecnológicos o Assistente Social irá formar uma amigável conexão entre o global e o local, tanto de informações quanto a forma de se comunicar (NETO, 2016, pp. 3-4).

O CFESS em conjunto com os CRESS criou a Política Nacional de Comunicação – PNC, como ferramenta de divulgação e valorização das ações sociais, bem como guia de decisões aplicadas e lançadas pelo Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS. O CFESS diz que:

As diretrizes e estratégias apontadas nesta Política de Comunicação podem se constituir em mais um elemento fundamental para divulgação das ações políticas e dos posicionamentos do CFESS e dos CRESS, contribuindo, assim, para a democratização da informação e fortalecimento da relação entre os/as profissionais e suas entidades (CFESS, 2008-2011, p. 6).

A pessoa humana é considerada um ser sociável e que precisa dos outros – e atualmente da tecnologia – para tornar esta sociabilidade presente. No que se refere às ideias contemporâneas, o mundo quer tornar o homem numa espécie de molde realizado pela tradição de socialização cultural, e para isso, usa os meios de comunicação como: a televisão, as redes sociais e outros. Diante disto, o meio de comunicação se transforma num setor de domínio próprio sobre o homem. Caso a pessoa não queira buscar informações dos seus direitos à mídia poderá aproveitar e transformar o ser humano numa terceira pessoa e que é movido por tudo que os outros fazem e não é ele mesmo que faz, mas uma motivação midiática que o molda e o induz a fazer o que eles querem e desejam.

Para o CFESS e CRESS democratizar as informações e a comunicação, de maneira pedagógica, é olhar com o compromisso alicerçado e baseado nos princípios do Código de Ética do Assistente Social. E para fortalecer a comunicação nesse patamar, foram reafirmadas nesta Política as seguintes ideias:

- Engajamento na luta pela democratização da comunicação no Brasil, em diálogo com movimentos sociais, entidades e demais instâncias de trabalhadores/as organizados/as;
- Interlocução com a sociedade, utilizando diversos canais de comunicação;06
- utilização de estratégias comunicativas que viabilizem e ampliem o acesso à informação qualificada sobre as causas, pautas e lutas da categoria;
- Estabelecimento de ações de comunicação levando em consideração as diversas formas de apropriação das informações pela sociedade, acionando meios de comunicação de massa, comunitários, radicais e independentes, de modo a dar visibilidade ao Projeto Ético-político (CFESS, 2008-2011, p. 6-7).

Segundo o CFESS, no âmbito da prática do Serviço Social é respeitável estabelecer aspectos que fortificam a obrigação de estabelecimento e modernização de uma Política Nacional de Comunicação. Assim, sendo como pressupostos de ação encontram-se os seguintes:

- a) O fato de a comunicação, em pleno século XXI, vir se transformando constantemente em um fenômeno sem o qual não se gera mobilização social, não se disputa hegemonia em torno de princípios e valores ético-políticos, não se estabelece diálogo com grandes massas; no que diz respeito ao Serviço Social brasileiro, isto envolve tanto a comunicação interna à categoria (posto que já somos cerca de 95 mil assistentes sociais com registro ativo nos Conselhos Regionais de Serviço Social) quanto a comunicação com a população em geral, acerca dos princípios e valores defendidos pela profissão;
- b) A ação cotidiana das entidades, bem como pesquisas desenvolvidas no âmbito de diversas unidades de ensino, demonstram que a imagem que os/as assistentes sociais fazem de si próprios/as (em geral denominada “autoimagem”) permanece destoante da visão da maioria da população brasileira

sobre a profissão (em geral denominada “imagem social”), bem como pela própria mídia e por setores dos movimentos sociais; em geral o Serviço Social ainda é associado à figura feminina, cuja atuação visa ajudar os pobres e tem características filantrópicas e/ou assistencialistas;

c) Esta defasagem entre a imagem social da profissão e as alterações vividas no Brasil a partir dos eventos do final da década de 70 do século passado (especialmente demarcadas pelo 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – o “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo) tende a ter impacto sobre o próprio exercício profissional; afinal, cada profissão é demandada pela população a partir não apenas dos debates que realiza em âmbito de seus conselhos e outras organizações da categoria, mas, fundamentalmente, a partir do papel social que aqueles que se utilizam de seus serviços lhe confere;

d) Nossa formação genérica e a perspectiva de totalidade na análise dos fenômenos sociais apontam a necessidade de outro projeto societário, o que implica em gerar alianças com diversos sujeitos sociais e exige políticas de comunicação para diálogo com este público (CFESS, 2008-2011, p. 18-19).

Assim, a Política Nacional de Comunicação cumpre o duplo papel de oferecer referências teóricas, pedagógicas e políticas para a análise deste campo na atualidade e de favorecer as condições de organização da categoria.

## **A TECNOLOGIA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

A comunicação e a educação é uma ferramenta fundamental a todo ser humano, sem elas não há interação e socialização, bem como a informação não chegará a seu destino. Para Pagnam (2009) as tecnologias se encontram num acelerado processo de desenvolvimento atualmente. Em virtude disso, é de suma importância que todo educador saiba não somente utilizá-las, mas tenha a capacidade de conhecer e problematizar o seu contexto histórico. Para que tenha habilidades na atuação em favor

das pessoas que precisam de instruções. (PAGNAM, 2009, p. 2).

Com o propósito de destacar a importância da comunicação entre as pessoas, a autora Flávia Falcão da Gama Carvalho (2013), se interage com o leitor abordando que o ser humano é um indivíduo comunicativo e que se utiliza de diferentes tipos de linguagem para comunicar-se com as pessoas individualmente e na sociedade como um todo. Sendo, pois, a linguagem o processo comunicativo pelo qual as pessoas interagem e a comunicação ocorre quando há interação entre elas ao utilizarem a linguagem, ambos os conceitos inexistem sem o outro ou mesmo separadamente. (CARVALHO, 2013, p. 28).

Dessa forma, linguagem, educação e comunicação, por serem respectivamente meio e fim do processo de entendimento mútuo e circulação de informações entre seres humanos, são praticadas constantemente, mas sempre juntas. Pois isoladamente não oferecem nenhum tipo de informação.

Sobre as possibilidades que o assistente social possui, através da tecnologia, para atuar no âmbito da educação e da comunicação é enfatizada por Santos (2012), que:

A relação entre Serviço Social e comunicação pode ser abordada sob vários ângulos. Atualmente, precisamos ultrapassar os limites da mera interatividade entre o público e os meios de comunicação para processar conhecimentos, analisar cenários, estabelecer nexos entre os discursos políticos e as práticas sociais. Tais análises são essenciais para a compreensão, no âmbito do Serviço Social e das Ciências Sociais em geral, da chamada *questão social* e das profundas desigualdades sociais que marcam o contexto mundial e particularmente o Brasil. (SANTOS, 2012).

Ademais, entender a relação da educação e da comunicação com o Serviço Social é perceber, assim, que esta vem se estreitando cada vez no decorrer dos anos. Afinal, hoje o Serviço Social deve apreender a importância da comunicação pedagógica como direito e como espaço fundamental e estratégico de ação política a ser materializada no lócus profissional, bem como se trata de um campo indispensável para a socialização da informação,

comunicação e transformação da sociedade, segundo os autores Filho e Lopes (2015). (FILHO; LOPES, 2015, p. 2).

Filho e Lopes (2015) seguem argumentando que o processo de inclusão de informação é obrigação do profissional do Serviço Social. De acordo com a contextualização dos autores:

A socialização da informação constitui-se como dever do assistente social na relação com seus usuários e com a sociedade, como aponta em seu conjunto o Código de Ética dos profissionais de Assistência Social, aprovado em 1993, assim como, também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XIX, que afirma “toda pessoa tem direito a liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. (FILHO; LOPES, 2015, p. 2).

Compreender a comunicação pedagógica como um direito fundamental do homem é para Moysés e Brant (2004), essencial para democratizar o acesso da população, não só de reproduzir suas próprias informações e cultura, mas também, de possuir condições técnicas e materiais para dizer e ser ouvido, de ser protagonista de um sistema de comunicação plural. E acima de tudo, compreender a comunicação como um bem público, que pertence ao conjunto da sociedade (FILHO & LOPES, 2015, p. 10 apud MOYSÉS; BRANT, 2004).

E para que haja entendimento de que a comunicação pedagógica é um fato real, esta compreensão não deve estar expressa só teoricamente, e sim, posta em movimento na realidade pelo Serviço Social por meio de sua dimensão técnico-operativa, vindo contribuir na concretude das plataformas e lutas dos diversos movimentos sociais, objetivando um avanço na compreensão do direito à comunicação, à luz do que preconiza a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS (CFESS, 2011).

Buscando, assim fortalecer a visão do Assistente Social como um profissional que atua para viabilizar o acesso aos direitos do cidadão, criando e aprimorando as políticas e ações já



desenvolvidas neste contexto.

Devem-se envidar esforços para garantir a discussão sobre a Comunicação nos currículos dos Cursos de Serviço Social, buscando elementos para a reconstrução e adequação de um currículo, que incorpore nele o tema Comunicação, ressaltando-o como um direito constitucional, além de fazer com que o próprio Assistente Social tome as rédeas da sua responsabilidade profissional, naquilo que diz respeito ao ajuste do seu trabalho ao tempo presente e futuro, construindo e materializando novas ferramentas que exaltem um melhor comprometimento com seu Projeto Ético-Político (FIGUEIREDO, 2009).

Visto que, na atuação do serviço social no Brasil, o Assistente Social possui inúmeros desafios a serem enfrentados e superados para que a atuação social deve-se obter amparo dentro das normas que regem a profissão.

A busca pela democratização das informações sociais é uma luta que deve ser apropriada pelo profissional do serviço social. Pois as exigências que tangem o engajamento em favor de democratizar as informações referentes às políticas públicas sociais realizadas pelos Assistentes Sociais, também são cobradas no Código de Ética do Assistente Social.

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

[...]

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2012, pp. 23-24).

Os assistentes sociais devem se apropriar dos meios de comunicação em massa, principalmente os tecnológicos, a internet, as redes sociais, para divulgar informações necessárias que regem os direitos sociais das pessoas. Pois no âmbito da sociedade

capitalista existem muitas pessoas, que ainda, por algum motivo, não conseguem adquirir e se apossar dos seus benefícios. E assim, ficam a mercê da sorte e sem nenhum tipo de qualidade de vida.

Mediante as especulações, aqui ressaltadas se faz necessário enumerar algumas sugestões tecnológicas de informação para que os educadores e os Assistentes Sociais possam utilizar como ferramenta pedagógica de comunicação, as tecnologias que vem surgindo cada vez na atualidade, para que assim, eduquem, comuniquem e instruam à sociedade brasileira com seus conhecimentos adquiridos. Pois, nas rádios, canais de televisões, revistas, internet e redes sociais existem vários ambientes pelas quais oferecem apoio de interação, socialização, opinião, dicas de vida e inclusão social para às pessoas que buscam respostas a seus problemas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados é imprescindível que todos os educadores e Assistentes Sociais conscientizem-se de que a tecnologia se tornou um fenômeno indispensável a sua atuação profissional e que cresce a cada ano nas áreas eletrônicas e redes sociais.

Nessa perspectiva, muitos são os meios de comunicação: jornal, revista, televisão, rádio, internet, entre outros. E que cada um deles tem um papel distinto, porém a finalidade deve ser a mesma: garantir o direito e acesso à informação. Neste ponto a investigação verificou a realidade visível com referência tecnologia e o serviço social. Mostrou que os ambientes tecnológicos de informação e comunicação pedagógica realmente existem e estão crescendo aceleradamente. Denunciou, também, a carência de busca pelo manuseio da tecnologia para emitir informação aos grupos em que buscam apoio social.

Neste sentido a educação e a comunicação podem ser consideradas como sendo processos sociais básicos e primários, porque são elas que tornam possíveis à própria vida em sociedade. Além disso, a educação e a comunicação fornecem a interação entre pessoas. Vida em sociedade significa intercâmbio. E todo intercâmbio entre os seres humanos só se realiza por meio da comunicação. A educação e a comunicação presidem e regem todas

as relações humanas.

Salientando que as tecnologias se apresentam como ferramentas que surgem para auxiliar os processos de trabalho do educador e do Assistente Social. Na maioria dos casos, o profissional não questiona em quais condições e quais objetivos estão implícitos nessas tecnologias de informação, limitando-se apenas a operá-las, segundo Silva (2003). Observou-se que as tecnologias de informação não podem ser abarcadas como simples ferramentas isoladas, mas em consequência disso existe uma intencionalidade na sua aplicação, favorecendo uma investigação crítica da utilização das tecnologias de informação. (SILVA, 2003).

As novas tecnologias favorecem o crescimento de novidades nas formas de acesso à informação, assim como: criação de ambientes virtuais como forma de instrução educacional e como modelo de interação entre os participantes. Não se pode negar que o uso de periféricos tecnológicos em prol da construção de conhecimento é algo intrínseco ao homem moderno. E que estes instrumentos são eficazes, também, no âmbito do serviço social. Ademais, o Serviço Social está sofrendo um processo de mutação, pois ao surgir novas formas de tecnologias, surge também a necessidade de as usar para produção do conhecimento e prática do Assistente Social.

Com certeza os educadores e Assistentes Sociais buscarão apoio neste âmbito do conhecimento para aprimorar cada vez suas ações diante do outro. Do mesmo modo, este tema carece de ser analisado dentro de um cuidado especial pelos pesquisadores do Serviço Social. Além disso, as ponderações oferecidas pela pesquisa poderão servir de colaboração significativamente para a comunidade social na cidade de Porto Velho, bem como para os Assistentes Sociais do Brasil com o intuito de gerar novas reflexões sobre o uso de ferramentas tecnológicas para informar e comunicar.

Levando-se em conta o que foi observado, a comunicação pedagógica sempre será parte fundamental no cotidiano profissional do educador e do assistente social. Acredita-se que a investigação do contexto aqui apresentado não se encerra perante esse artigo, e sim deve-se a cada instante servir de motivação para os educadores e Assistentes Sociais buscarem novas descobertas e

novas maneiras de manuseio das tecnologias como ferramenta pedagógica para educar e comunicar informações em favor da sociedade.

## Referências

ARANHA, Taís. **Comunicação Popular, Comunitária, Horizontal ou Dialógica? Articulações e Diferenças entre os Conceitos Teóricos**. (2010). Disponível em:

<<http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Popular,%20Comunit%C3%A1ria,%20Horizontal%20ou%20Dial%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRUNETTA, Nádia; RIBEIRO, Regiane. **Comunicação social na prática do assistente social: relações interpessoais**. Serviço social VI. São Paulo: Person Prentice Hall, 2009.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO [CGU]. (2011). **Uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011: acesso à informação pública**. Publicada pela Controladoria Geral da União. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CARMONA, Talita. **A importância do uso da tecnologia da informação pelo Assistente Social**. (2010). Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-uso-da-tecnologia-da-informacao-pelo-assistente-social/44886/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

CARVALHO, Flávia Falcão Da Gama. **SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO: uma interface necessária**. Brasília, (2013). Disponível em:

<[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7176/1/2013\\_FlaviaFalcaoDaGamaCarvalho.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7176/1/2013_FlaviaFalcaoDaGamaCarvalho.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CFESS. **Política Nacional de Comunicação**: conjunto CEFESS-CRESS. 2ª Edição. Organização Comissões de Comunicação CFESS e CRESS (Gestão 2008-2011). Brasília-DF. Disponível em: <

[http://www.cfess.org.br/arquivos/POLITICA\\_COMUNICACAO\\_CFESS-CRESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/POLITICA_COMUNICACAO_CFESS-CRESS.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CFESS. **Democratizar a comunicação é defender os direitos de trabalhadores/as e a democracia!** (2016). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1258>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social:** Lei 8662/93. 10ª ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2020.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; LOPEZ, Antônio Jardson Ferreira. **A contribuição da Comunicação como espaço interdisciplinar na afirmação cidadã do trabalho do Assistente Social.** (2015). Disponível em:

<[http://www.compos.org.br/biblioteca/adilsonjardson\\_compos2015\\_final\\_2751.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/adilsonjardson_compos2015_final_2751.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2020.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ORT). (2016). **O que é Comunicação Social?** Disponível em: <http://www.ort.org.br/comunicacao-social/o-que-c/>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

LEVY, Pierry. **Educação e Cybercultura: a nova relação com o saber.** (1998). Disponível em:

<<http://www.caosmose.net/pierrelevy/educaecyber.html>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

NETO, Altair Ferraz. Slides da disciplina de **Comunicação social na prática do assistente social** (2016). UNOPAR. Disponível em: < <https://www.colaboraread.com.br/aluno/timeline/index/0109508807?ofertaDisciplinalId=441849>>. Acesso em: 07 fev. 2020

PAGNAN, Celso. **Comunicação na prática do Assistente Social.** Conteúdo da disciplina do 7º semestre. Unopar, 2009. Disponível em:

<<https://www.colaboraread.com.br/aluno/webaula/index/0109508807?atividadeDisciplinalId=4997766#8>>. Acesso em: 5 out. 2019.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 02 de maio. 2016.

SANTOS, Gustavo Fernando Gonçalves dos. (2012). **Relação entre serviço social e a comunicação** "o comportamento ideológico da mídia, em relação à questão social". Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/relacao-entre-servico-social-e-a-comunicacao-o-comportamento-ideologico-da-midia-em-relacao-a-questao-social/86108/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

SILVA, Márcio Antunes da. **Assistente Social e tecnologias de informação**. 2003. In: Serviço Social em revista. v. 6, n. 1. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv6n1.htm>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

VASCONCELOS, Ana. **O que é comunicação**. Disponível em: <<http://ana-intervalo.blogspot.com.br/2009/02/o-que-e-comunicacao.html>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

ZAMBON, Rodrigo Eduardo. **Atividade de leitura crítica da mídia em um grupo de jovens**. [2007?]. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/rodrigoeduardo.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2020.